

## **RESISTIR ÀS TENTAÇÕES**

**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,**

Professor Emérito da Universidade Mackenzie da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária - CEU.

O novo governo deverá saber resistir às tentações dos discursos demagógicos, das promessas sem respaldo, das pressões dos radicais e dos desconhecedores da realidade.

Nada obstante, na propaganda eleitoral, ter defendido o fortalecimento da categoria dos servidores públicos, o aumento da oferta de emprego e três refeições a todos brasileiros, assim como uma aposentadoria digna, a conjuntura não apresenta muitas alternativas para o cumprimento imediato de tais promessas de campanha.

De início, a estrutura administrativa governamental consome o grosso das receitas tributárias, assim como a previdência dos servidores públicos. Dos escorchantes 35% de carga tributária incidente sobre os contribuintes brasileiros, grande parte dela é destinada, exclusivamente, para sustentar privilégios dos detentores do poder, e as aposentadorias oficiais são incomensuravelmente superiores àquelas que recebem os “cidadãos não governamentais”, ou seja, a gente do povo.

Um outra parte é para pagamento de juros. Se deixar de pagá-los ou pretender dar o calote, atingirá investidores estrangeiros e 40% da população ativa, que tem poupanças ou recursos no sistema financeiro e de capitais. E, à evidência, afastará investimentos, destruirá poupanças e pulverizará a confiança que se deve ter no país. Se, por outro lado, pretender aumentar a tributação, o resultado não será muito diferente, devendo investidores procurar países que os tratem de forma mais civilizada e menos confiscatória.

Ora, o grande problema do governo está em ter que decidir entre cortar despesas, fazendo uma verdadeira reforma administrativa e previdenciária, ou manter a esclerosada máquina administrativa com aumento de tributos.

Esdrúxula idéia de quem não conhece a mecânica econômica, está, por exemplo, em retirar o direito de deduzir na receita sujeita ao imposto de renda das empresas, os juros de capital próprio. Se o governo adotar a medida, as empresas terão que recorrer ao setor financeiro e seus donos preferirão emprestar aos Bancos, que, por sua vez, emprestarão às empresas, tornando mais onerosa a administração empresarial e menos competitiva a indústria nacional.

Nada obstante ser o PT um partido em que os servidores públicos têm voz mais ativa, o certo é que, se não houver um enxugamento da máquina administrativa, mantendo-se e melhorando a remuneração dos servidores com funções essenciais --que ganham pouco por força da multiplicação de outras funções desnecessárias--

difícilmente poderá o governo cumprir as promessas, em relação ao grosso da população que não está no governo.

Por outro lado, se as empresas forem pressionadas a gerar mais tributos a fim de manter a máquina administrativa, não haverá empregos e o povo sofrerá mais.

Em outras palavras, carga tributária maior para manter a esclerosada máquina ou alargar privilégios dos detentores do poder, tirará toda a competitividade das empresas e poderá provocar problemas superiores aos que vive a Argentina. Cortar as despesas superficiais de uma administração caótica e necessitada de compactação e eficiência, é marchar contra as promessas de campanha.

E qualquer medida populesca de atingir investidores, poderá levar a problemas mais graves, por refletir no desinteresse absoluto de investidores externos em pensar no país como opção, assim como nos próprios investidores nacionais. Em outras palavras, é matar a galinha dos ovos de ouro e perder o respaldo internacional e nacional.

Neste quadro, à evidência, o novo governo deve pensar em agir com cautela, mudar com segurança, abandonar a retórica populista e lançar sementes para colher o fruto da ponderação, ao fim do mandato. Não deve pretender fazer já o que não pode fazer, deixando para depois das reformas estruturais do Estado, a realização daquilo que prometeu em campanha.

Estou convencido de que as primeiras declarações, nos primeiros dias do novo Presidente, foram analgésicos a afastar a infecção causada pela falta de confiabilidade que o candidato ostentara por suas manifestações do início da campanha. Resta, agora, ministrar terapêutica capaz de debelar a moléstia e gerar a estabilidade, para que a economia cresça e cresçam os empregos, e que o Estado seja otimizado, com eliminação das inúteis funções multiplicadas, para que não seja tão oneroso para a sociedade. Se conseguir implantar tais desideratos, os juro cairão internamente, pois o risco Brasil diminuirá e os investimentos estrangeiros voltarão ao país, com maior tranqüilidade.

À emoção do discurso eleitoral, deve seguir-se a racionalidade de medidas capazes de, no tempo, gerar crescimento e paz social. Eleições pode-se ganhar com os radicais, mas não se governa senão com os moderados.

São Paulo, 07 de novembro de 2002.

IGSM/mos

A2002-113 RESISTIR A TENTACOES